

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DESSO
CURSO SERVIÇO SOCIAL



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Mônica dos Santos Caldeira

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO
CENTRO POP DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MINAS GERAIS**

MARIANA - MG / 2022

MÔNICA DOS SANTOS CALDEIRA

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO
CENTRO POP DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.a Dr. Adriana de Andrade Mesquita.

MARIANA - MG / 2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C146a Caldeira, Monica Dos Santos.
A atuação profissional das/os assistentes sociais no Centro Pop de
Conselheiro Lafaiete - Minas Gerais. [manuscrito] / Monica Dos Santos
Caldeira. - 2022.
45 f.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana de Andrade Mesquita.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. Prática profissional. 3. Serviço social. 4. Vida
de rua. I. Mesquita, Adriana de Andrade. II. Universidade Federal de Ouro
Preto. III. Título.

CDU 304.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

TCC Mônica dos Santos Caldeira

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO CENTRO POP DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MINAS GERAIS

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de junho de 2022.

Membros da banca

Dra. Adriana de Andrade Mesquita - Orientadora (UFOP)
Dr. Davi Machado Perez - (UFOP)
Dr. Roberto Coelho do Carmo - (UFOP)

Dra. Adriana de Andrade Mesquita, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18 de novembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana de Andrade Mesquita, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/11/2022, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0427786** e o código CRC **3D97CBFF**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me abençoado e permitido a jornada da conclusão de um sonho. Porque d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

Agradeço a minha mãe Andréia, por ser uma inspiração e exemplo de força, sempre acreditando no meu potencial, e me apoiando nas decisões.

Agradeço ao meu padrasto Cláudio, pelo apoio durante esse percurso da minha vida.

Agradeço aos meus irmãos Fernanda, Eduardo, William e Igor, pelas palavras de apoio e incentivo.

Agradeço às minhas amigas Priscilla e Maria Eduarda, sem vocês essa caminhada seria sem graça. Obrigada pelos momentos de leveza durante esse processo de formação.

Agradeço a minha orientadora Adriana, pelos ensinamentos e paciência, com certeza sem a sua orientação atenciosa este trabalho não seria possível.

Agradeço a minha orientadora de campo Kênia, desde a recepção, confiança colocada em mim. Obrigada pelas contribuições profissionais e pessoais.

Agradeço a equipe do Centro POP, Roseli, Arinda, Ana Paula, Grace Kelly, Goretti, Sandra, Joana, Ruth, Vera e Ildeu, vocês deixaram marcado em mim a importância do trabalho em equipe.

Agradeço às minhas companheiras de república, Luana e Júlia, vocês deixaram essa caminhada mais divertida.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Serviço Social, pelo ensino de qualidade ofertado. Obrigada por terem me instigado a pesquisa e ao ensino.

Agradeço aos amigos e colegas de turma 17.2, pelos trabalhos em grupo, aprendizados de formação conjunta. Como também, aos colegas 18.1, que partilhei momentos bons.

Agradeço a todos os técnicos administrativos da UFOP, pelo trabalho desempenhado, atingindo diretamente os discentes,

Agradeço ao núcleo da PRACE, sem a aplicação da assistência estudantil, a construção da formação acadêmica não poderia ser concretizada.

Agradeço a todos, que diretamente ou indiretamente contribuíram para a conclusão desse sonho.

*“Quando o homem decidir reformar a sua
consciência, o mundo tomará outro roteiro”.*
(*Carolina Maria de Jesus*)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo central analisar a atuação profissional das/os assistentes sociais que trabalham no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP de Conselheiro Lafaiete-MG, no período da pandemia. A partir deste estudo, foi observado como as expressões da "questão social" da população em situação de rua agudizaram na conjuntura marcada por uma pandemia mundial do Covid-19. Como a restrição do serviço de higiene pessoal, insuficiência alimentar, ausência de abrigo no município, estrutura física sem acessibilidade e o entrave de articulação com as redes socioassistenciais. Diante desse cenário, buscou-se retratar os principais impactos no exercício profissional, explanando os centrais desafios, limites e possibilidades vivenciados na política de assistência social. Para alcance dos objetivos propostos foram utilizadas as seguintes metodologias: a pesquisa bibliográfica, voltada para a fundamentação em documentos científicos de referências do campo de Serviço Social; a pesquisa documental direcionou para a análise de documentos, artigos, e revistas on-line que auxiliassem na explanação do debate; e, por fim, o relato de experiência permitiu contextualizar as vivências enquanto estagiária no campo de estágio, correlacionando a prática com a teoria, baseado no material do diário de campo, plano de atividades e semestral e relatórios elaborados.

PALAVRAS-CHAVE: População em situação de rua, Assistência Social, Centro POP, Serviço Social, atuação profissional.

ABSTRACT

The main objective of this course conclusion work is to analyze the professional performance of social workers who work at the Specialized Reference Center for Homeless Population - Centro POP de Conselheiro Lafaiete-MG, during the pandemic period. From this study, it was observed how the expressions of the "social question" of the homeless population became more acute in the context marked by a global pandemic. such as the restriction of the personal hygiene service, food insufficiency, lack of shelter in the municipality, physical structure without accessibility and the obstacle of articulation with social assistance networks. Given this scenario, we sought to portray the main impacts on professional practice, explaining the central challenges, limits and possibilities experienced in the social assistance policy. In order to reach the proposed objectives, the following methodologies were used: bibliographic research, focused on the foundation in scientific documents of references in the field of Social Work; the documental research directed towards the analysis of documents, articles, and online magazines that helped in the explanation of the debate; and, finally, the experience report allowed to contextualize the experiences as an intern in the internship field, correlating the practice with the theory, based on the material of the field diary, plan of activities and semester and elaborated reports.

KEYWORDS: Homeless population, Social Service, professional performance, Social Work and POP Center

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPS AD – Centro De Atenção Psicossocial Álcool E Outras Drogas
CEF – Caixa Econômica Federal
CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF – Constituição da República Federativa do Brasil
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ESPPII – Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional
EUA – Estados Unidos da América
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OMS – Organização Mundial da Saúde
PBF – Programa Bolsa Família
PCVA – Programa Casa Verde e Amarela
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNH – Política Nacional de Habitação
PNO – Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19
PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua
PROCAP – Programa de Capacitação Permanente
PSF – Programa Saúde da Família
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	13
1.1. CARACTERÍSTICAS DO COLONIALISMO NO BRASIL	13
1.2. O CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO.....	18
CAPÍTULO 2 – A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	22
2.1. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FINAIS DO SÉXULO XIX.....	22
2.1. UM NOVO OLHAR PARA A QUESTÃO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	26
.....	26
CAPÍTULO 3 – A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO POP DE CONSELHEIRO LAFAIETE - MG.....	31
3.1. METODOLOGIAS DE PESQUISA UTILIZADAS.....	31
3.2. O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)	33
3.3. O ESTÁGIO NO CENTRO POP DE CONSELHEIRO LAFAIETE	37
3.3.1. Limites identificados:.....	38
3.3.2. Possibilidades encontradas:.....	40
3.3.3. Desafios postos:	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – A atuação profissional das/os Assistentes Sociais no Centro POP de Conselheiro Lafaiete – Minas Gerais – tem como objetivo central analisar a atuação profissional de assistentes sociais que trabalham no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Conselheiro Lafaiete-MG, no período da pandemia.

O interesse pela temática surgiu a partir da minha entrada no estágio no campo de estágio foi no Centro POP de Conselheiro Lafaiete, região central de Minas Gerais, no semestre letivo 2020/1, no 6º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. A partir das observações do exercício das/os assistentes sociais e do trabalho realizado pela equipe multiprofissional (psicólogas, assistente administrativa, auxiliares de limpeza, cozinheira e cuidadora) nasceu a intenção de abordar como o trabalho tem sido realizado pelo setor da política de Assistência Social, durante a conjuntura de pandemia mundial do novo Corona vírus (Covid-19). Cenário esse em que os processos de trabalho e oferta dos serviços disponibilizados aos usuários pela instituição foram repensados.

Deste dezembro de 2019, foram apresentados casos de uma nova doença respiratória na província de Hubei, em Wuhan ao sul da China, logo sendo identificada como Covid-19. Com a rápida transmissão, foram detectados casos da doença em outros países, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o fenômeno como Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Posteriormente com as altas taxas de transmissão, em 11 de março de 2020, foi decretado a pandemia mundial de Covid-19.

No Brasil, no dia 26 de fevereiro de 2020, foi descoberto o primeiro caso do Covid-19, na cidade de São Paulo, confirmado pelo Ministério da Saúde. Inicialmente o cenário era incerto, a procura de meios de combate ao vírus, estudos aumentaram sobre as formas de contágio, duração e efeitos do vírus no corpo, principalmente por causa do aumento acelerado dos casos que levaram ao óbito. Foram adotadas medidas governamentais nas esferas municipais e estaduais de distanciamento e isolamento social, com a suspensão de muitas atividades presenciais. Houve o fechamento de estabelecimentos, proibição de eventos, escolas passaram a realizar suas atividades de forma remota e restrições de horários para atividades essenciais.

Todavia, é importante colocar que, associado a esse contexto pandêmico, o descaso do governo federal brasileiro fez com que a situação pandêmica não tivesse adequada importância, foi tratada sem as condições mínimas devidas para combater o vírus de forma eficaz. No final de abril de 2020, o estado de Minas Gerais totalizou 1.827 casos confirmados, dentre esses 82 óbitos confirmados, segundo o Boletim Epidemiológico emitido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

As pesquisas e o desenvolvimento de vacinas eficazes se iniciaram ao redor do mundo, no início de 2020. Após aprovação de algumas vacinas, o processo de vacinação teve início, no Brasil, em janeiro de 2021, por meio da adoção do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO) pelo Ministério da Saúde. Com a promoção da campanha de vacinação seguindo por grupos prioritários e faixas etárias. Com o tempo, o combate adotado impactou diretamente na queda dos casos graves e no número de mortes, em nosso país.

Por mais que a vacinação avançasse no país, o desgoverno e descaso foi gritante, pois em meio a uma pandemia mundial, não se teve a efetivação segura de ações de enfrentamento da doença, recusas de compras de vacinas, casos de desvio de recursos públicos que seriam destinados ao combate do Covid-19, entre outras coisas. Situações que são verdadeiros crimes contra a sociedade brasileira. Concomitantemente, houve aumento de trabalhadores desempregados, da desigualdade social, de pessoas que passaram a utilizar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência, ou seja, houve o agravamento das múltiplas expressões da “questão social”, enquanto setores capitalistas super lucraram, por exemplo, a indústria farmacêutica.

É nesse contexto, em que ocorreu a minha inserção em campo de estágio. Período esse referenciado pela onda vermelha¹ adotada pela cidade a partir do plano “Minas Consciente” do Estado de Minas Gerais, em junho de 2021. Nessa conjuntura, os benefícios prestados pelo Centro POP aos usuários, como o Serviço Especializado

¹ A onda vermelha, inclusa no plano “Minas Consciente”, segue protocolos de comportamento e funcionamento, em regiões de situação crítica com cuidados e funcionamento com maior nível de restrição. O plano visa o retorno gradual e seguro do setor da economia e sociedade, em que estipula os protocolos e os parâmetros em níveis de ondas. Assinala indicadores que se destinam ao agrupamento da divisão feita no estado em 14 macrorregiões. O governo de Minas Gerais junto com o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), Comitê de Integração, Grupo Executivo e Comitê Extraordinário compõe como os principais grupos de governança do plano. Fonte: Plano Minas Consciente. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/imagens/minasconsciente/minas-consciente-03-03-2021.pdf>>.

para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço Especializado em Abordagem Social estavam suspensos, desde o início da pandemia e se entendeu até agosto de 2021. Apenas, em ocasiões excepcionais, os atendimentos eram realizados emergencialmente e a demanda da população de rua somente crescia no município.

As demandas das pessoas em situação de rua eram variadas, desde a busca por informações sobre o acesso ao Auxílio Emergencial 2020², agendamento no Cadastro Único, solicitação do benefício de banho, higiene pessoal e lavagem de roupas. Um dos benefícios mais requeridos foi o de imigrantes que solicitavam passagem de ônibus diante do crescente número de desemprego. Dentre as declarações dadas por esses imigrantes ao solicitarem o benefício, a motivação era o desejo de retornar para sua cidade de referência em busca de ajuda familiar, devido ao desemprego e da precária condição financeira para o transporte. De tal forma, a atuação das/os assistentes sociais ficou ainda mais limitada nesse cenário de restrições e de sucateamento das políticas públicas de assistência social.

Em virtude deste panorama, o presente estudo intenciona compreender os rebatimentos do contexto brasileiro que atinge a categoria profissional, logo, na materialização do projeto ético-político profissional. Portanto, diante da relevância da atual situação, a pesquisa parte das seguintes questões norteadoras: Como se deu a atuação das/os assistentes sociais no Centro POP de Conselheiro Lafaiete, em meio a pandemia? Quais os desafios, limites e possibilidades postos aos profissionais? Quais benefícios ou serviços foram ofertados/demandados pela população em situação de rua?

A relevância desta pesquisa está estritamente ligada ao método crítico-dialética. Visto que, tal conjuntura se converteu em um marco histórico que provocou alterações em âmbito social, econômico e político, com consequências que ainda não são possíveis mensurar, mas que por meio de futuras análises científicas possam ser problematizadas e analisadas em profundidade. A importância da pesquisa consiste

² Devido o cenário de isolamento social, desemprego e crise financeira, o Auxílio Emergencial 2020 foi um benefício concedido pelo Governo Federal, medida aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, na Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020. O benefício era destinado aos trabalhadores informais, àqueles que se enquadram a legislação do benefício. Os valores variavam entre R\$ 600,00 reais a R\$ 1.200,00 reais de acordo com o perfil do grupo familiar e sua composição. O pagamento do benefício foi realizado através do Banco Caixa Econômica Federal (CEF), utilizando prioritariamente o aplicativo desenvolvido pela Caixa em que se podia realizar saques, transferências e consultas, posteriormente, esse processo de saque foi possível ser realizado em casas lotéricas. Fonte: Auxílio Emergencial 2021. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>>

também no fato de que, o profissional de Serviço Social comprometido com o projeto profissional, perpassa pela viabilização dos direitos para os usuários dos referidos espaços sócio-ocupacionais, contudo, ainda persistem características conservadoras nos ambientes de trabalho que tentam inviabilizar os serviços e direitos dos usuários. E com a apreensão da realidade, é possível produzir novos conhecimentos, criando discussões com questões já existentes.

Uma vez que a pesquisa constitui parte da dimensão investigativa de assistentes sociais, embricado nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, a análise parte de uma apreensão da totalidade. Resultando no crescimento da área investigativa, no posicionamento interventivo profissional, quanto na contribuição do aparato do projeto ético-político do Serviço Social, com intuito de procurar e/ou propor intervenções que possam contribuir com a formulação de uma resistência da profissão.

Dessa maneira, podemos compreender que a pesquisa no âmbito das relações do Serviço Social não está voltada apenas para a descrição ou reflexão em si do mundo real, mas se constitui uma atividade transformadora, a qual tem o objetivo de construir os diversos conhecimentos sobre as múltiplas expressões da Questão Social por meio da aproximação, explicação e apreensão dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da realidade social, buscando encontrar respostas diante os desafios que são postos para a sociedade em geral (ARAÚJO, 2020, p.84)

Portanto, a presente pesquisa procura problematizar e trazer contribuições para a efetivação da política de assistência social no Centro POP. Com a exposição dos dados da instituição, intenciona-se auxiliar os profissionais do setor no exercício profissional, a partir das apresentações dos obstáculos encontrados, contribuir para possíveis formulações de planos, projetos e programas que crie um melhor espaço, serviço e benefícios tanto para os usuários, quanto ao trabalho da equipe profissional. Assim o presente trabalho, tem os seguintes objetivos específicos: analisar a situação da população de rua frente ao processo de formação sócio-histórico brasileiro; caracterizar a conjuntura atual política, econômica e social brasileira; e, compreender a atuação profissional no Centro POP de Conselheiro Lafaiete – MG, frente aos embates colocados na assistência social.

Para alcance dos objetivos propostos, se fez uso de três metodologias: na pesquisa bibliográfica, foi analisado os documentos que possui critérios científicos para fundamentação estrutural do estudo; a pesquisa documental possibilitou examinar materiais que não possui um rigor científico, mas que porta conhecimentos

relevantes e importante para o debate; e, com o relato de experiência, buscou retratar as situações de campo de estágio, com base nos diversos documentos produzidos no campo de estágio.

O trabalho está esquematizado da seguinte forma: o capítulo 1 abordará as principais particularidades do processo de formação do Brasil e os precedentes desse período na formação do capitalismo dependente brasileiro. O tópico “1.1 Características do colonialismo no Brasil” discorrerá sobre como ocorreu a colonização e os entraves da escravidão e no tópico “1.2 O capitalismo dependente brasileiro” visa compreender as bases e o desenvolvimento do capitalismo instaurado no Brasil.

O capítulo 2 irá apresentar, a partir dos condicionantes da construção brasileira, como se forma a população em situação de rua e os respaldos executado pela política voltada para esse público. O eixo “2.1 A população em situação de rua em finais do século XIX” busca discorrer como se deu a formação da população em situação de rua, analisando a extensão do final do século XIX ao século XX, sinalizando os principais impasses que levam às pessoas a utilizar os espaços públicos como meio de moradia e sobrevivência no Brasil. E, no elemento “2.2 Um novo olhar para a questão da pessoa em situação de rua no Brasil” abordará o cenário contemporâneo da política social que atende esse público, juntamente com os movimentos sociais.

Por fim, o capítulo 3 exibirá os principais percalços da atuação das/os assistentes sociais no Centro POP em tempos de pandemia do Corona Vírus. No tópico “3.1 Metodologias de pesquisa” visa caracterizar os métodos de compreensão e análise utilizados para a base da pesquisa. No “3.2 O centro de referência especializado para pessoas em situação de rua (Centro POP)” apresenta a instituição do Centro POP em Conselheiro Lafaiete e suas principais estruturais, destacando o território em que está inserido, bem como as demandas inerentes a ele. Fechando com o item “3.3. O estágio no Centro POP de Conselheiro Lafaiete” será apresentada a análise feita a partir da experiência de estágio.

Finalizando o trabalho com as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Neste primeiro capítulo, será discorrido a análise sobre a particularidade da formação sócio-histórica brasileira, país colonizado, marcado pelo escravismo e de capitalismo dependente. Dessa forma, as especificidades formadas, no Brasil, como, por exemplo, a hierarquização dos homens principalmente brancos, ocupando uma posição privilegiada, a sexualização da mulher negra, o genocídio negro, divisão antagônica da classe burguesa contra proletária, a população de rua, caracterizaram a desigualdade social vigente enraizada na construção desse país.

Por isso, a organização do presente capítulo se deu da seguinte forma: no eixo 1.1, buscou-se apresentar as principais características da trajetória histórica da formação social brasileira, a partir do funcionamento das bases econômicas na colônia e da Revolução Burguesa brasileira; no item 1.2, abordou sobre o capitalismo dependente brasileiro, como essa subordinação aos países de capitalismo central consome o país.

1.1. CARACTERÍSTICAS DO COLONIALISMO NO BRASIL

As condições econômicas, sociais e políticas que permeiam o cenário brasileiro advêm de todo um processo da particularidade de formação sócio-histórica do Brasil. A desigualdade social, militarização, dependência econômica, genocídio dos negros, população em situação de rua, entre outras questões são produtos do modo de produção capitalista. Processos esses fundamentados pelo processo de colonização, Independência nacional e da construção de um Estado Nacional.

Como o sociólogo Florestan Fernandes (2005) descreve, para entender o cenário atual, é necessário fazer uma análise de compreensão do passado, sob quais pilares a construção da nação brasileira foi fundamentada e os rebatimentos que ela produzirá. O autor parte de sua análise da Revolução Burguesa no Brasil,

Portanto, ao se apear para a noção de “Revolução Burguesa”, não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores históricos-sociais que explicam como e porque se rompeu, no Brasil, com o

imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. (FERNANDES, 2005, p.37)

O autor reflete sobre o fato de como a história oficial do Brasil não é interpretativa, pois, na “história oficial” repassada várias partes são anuladas ou deturpadas. Como resultado disso, a população brasileira passa a desconhecer o passado de sua nação, antes mesmo de se tornar uma, quando ainda era uma Colônia. Logo, desconhecemos as fortes implicações estruturais da instauração do capitalismo no Brasil, e passamos a fazer uma análise baseada nos moldes europeus. Portanto, esse trabalho parte da necessidade de compreender a perspectiva brasileira, contudo, considerando os entraves e influências do capitalismo das grandes potenciais internacionais.

A colonização do Brasil ocorreu sob domínio dos apropriadores portugueses, sendo um processo marcado por extrema violência. Os povos originários que habitavam no território, tiveram suas terras apropriadas, aculturados com a tradição europeia e catequizados pelos jesuítas. Conforme Paiva (2000), a alfabetização dos indígenas era uma forma de “educá-los”, impondo fortemente a religião católica sobre os mesmos para julgamento de seus “pecados”. Fazendo referência ao ditado popular brasileiro, os indígenas ficavam “entre a cruz e a espada”. Visto que o controle sobre os indígenas facilitaria as extrações e o processo de colonização. Além disso, grande foi o número de escravos africanos trazido ao Brasil, para acelerar o processo de expropriação da colônia, como sinaliza Nascimento (2016).

Por mais que países como a Espanha e Portugal fossem os colonizadores da América Latina, não detinham uma economia forte para manter as atividades de exploração e expansão. Desse modo, eles recorreram a ajuda econômica de outros países centrais, tornando-se intermediários nesse processo de exploração. Isso acaba por agudizar o processo de dependência de países latino-americanos nesse cenário. É exatamente a luta pelo controle das colônias que acaba por se estabelecer entre esses países.

Surge uma massa de produtores, que diante desta ordem social, propõe desmanchar o sistema colonial. Porque por mais que os senhores de engenho ficassem com uma parte da riqueza produzida, ainda sim eles eram submetidos aos colonizadores. Face a isto, se para os apropriadores e os colonizadores a ordem social era desigual, pois ainda sim tinham que direcionar a riqueza para a Europa, como podemos denominar então a situação dos escravos, indígenas, que eram submetidos

à um trabalho exploratório, sem nenhuma remuneração ou participação na riqueza socialmente produzida, em condições de degradação humana.

Nessa lógica, Fernandes (2016) objetiva desmitificar a ideia de que o senhor de engenho era burguês. Ele era apropriador colonial da produção da grande lavoura, produção essa que era realizada por meio do trabalho escravo. Parte do que era produzido na colônia era exportado para as Coroas Portuguesas e Espanholas, que detinham o controle econômico. O senhor de engenho era subordinado e dependente do mercado internacional. O maior percentual de produção e renda eram canalizados para as metrópoles e o senhor de engenho retinha uma parte do produzido.

A chamada “Revolução Burguesa”, no Brasil, ocorreu na transição do regime escravocrata colonial para a formação de uma República (FERNANDES, 2005). O processo da Independência do Brasil, em 1822, levou a formação de um Estado nacional, considerado como a primeira grande revolução social do Brasil. Com efeito, a personificação da burguesia brasileira que se forma é diferente da Europa, pois tal revolução não aconteceu como nos moldes europeus, com a forte participação popular. Em nosso país, os povos não detinham voz, justamente por estar em cenário de subordinação colonial, a revolução foi liderada pelo comerciante imigrante, como também pela elite aristocrática agrária, sendo o resultado da transformação do senhor rural, tornando a burguesia agroexportadora.

Portanto essas especificidades adotadas, no Brasil Colônia, são características da acumulação primitiva europeia instaurada em alguns países como foi o caso da Inglaterra. Parte do descobrimento da América, a exploração dos negros e aniquilamento dos indígenas, a incansável busca por lucros. Como descreve Marx (2017, p. 821),

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial [...], o sistema colonial [...] violência mais brutal [...] caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação capitalista.

E nesse embrolho é que absorvemos concepções e comportamentos da Revolução Burguesa europeia, são incompatíveis com a realidade brasileira. O desenvolvimento dos países centrais fora firmado por meio da acumulação primitiva, via a exploração dos países colonizados.

O processo de Independência fez a separação entre a era colonial e a era da sociedade nacional, com dois grandes elementos: revolucionário e, ao mesmo tempo, conservador. O componente revolucionário tinha a intenção de possibilitar autonomia para a sociedade nacional, para que crescesse a economia e o mercado nacional, criando a sua independência. E o elemento caracterizado como conservador, consistia em preservar a ordem social que não era capaz de prover uma autonomia e crescimento de uma nação, conservando velhas estruturas. Ou seja, ao mesmo tempo que se intenciona um ato revolucionário, o conservadorismo ainda permanece (FERNANDES, 2005).

O novo Estado nacional reelabora os móveis capitalistas. Parte da renda produzida pela produção da lavoura internamente permanecia no país para promover o crescimento econômico, desenvolvimento urbano, que desencadeariam na consolidação de uma sociedade nacional. Tal condição viabiliza que novos tipos de homens, que assumem o lugar do velho senhor rural, passem a reestruturar os móveis capitalistas e traçar a ideia de modernizar o sistema. Acerca dos móveis capitalistas, Perez (2020, p. 25) coloca que,

[...] foram introduzidos no Brasil os móveis capitalistas do comportamento econômico: instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que teriam uma potencialidade ou seriam propulsores de futuras relações capitalistas de produção. A produção baseada nas plantações e na grande lavoura (seleção de produtos para exportação, mecanismos de apropriação de terras, trabalho escravo e também livre, custos baixos de produção e extrema concentração de renda) ocupava posição marginal no circuito externo da mercantilização de produtos exportados.

Ou seja, os móveis capitalistas se caracterizavam pelos instrumentos materiais e jurisprudência inerentes ao comportamento econômico capitalista que foram introduzidos no país. No caso brasileiro, tratavam de condutas econômicas que estimulavam a produção nas plantações e lavouras, que ocupavam um lugar marginal frente ao mercado internacional.

O tipo de capitalismo que marca o contexto apresentado era o concorrencial, com as características de expansão do território, ampliação das relações internacionais, Estado sob influência da burguesia brasileira em ascensão. Logo, a elite agrária passou a competir entre si, visto que a transformação de colônia para nação deu abertura para o crescimento econômico. A intenção era dominar e atender aos seus interesses econômicos e políticos, buscavam acumular capital, administrar sua autonomia agrária e não ser somente um subordinado às coroas. Provocando

assim, uma “revolução dentro da ordem”. Com efeito, aqueles senhores agrários que não conseguiam se manter na disputa do capital eram engolidos pelos que detinham o poder.

Nesse contexto, o segmento conservador foi preservado, o poder econômico se manteve nas mãos da elite agrária e da classe burguesa em ascensão e não houve organização da massa de trabalhadores. O poder mudava de mãos, mas a lógica permanecia: as precárias condições de trabalhadores (agora, considerados livres) persistia e as posses continuavam nas mãos de uma elite agrária. A construção da sociedade nacional brasileira ocorreu sob influência dos ideais liberais importado dos modelos europeus e norte americano em ebulição neste momento histórico. Todavia, com um forte cariz conservador. Se de um lado os princípios liberais traziam consigo as ideias de liberdade e descentralização política, de outro caminhava na contramão da realidade conservadora do país.

Houve um processo de rupturas e continuidades em que as ideias das elites tradicionais e das novas classes em emergência permaneciam e prevaleciam. Os ideais liberais não rompem com o passado colonial, pois, nenhuma revolução sepulta todo o histórico de um povo, como sinaliza Fernandes (1975). Ao contrário, o liberalismo associa com uma força que trabalhava para continuar o crescimento econômico exacerbado ainda nos moldes coloniais, a sua intenção ainda estava retida na colônia. Por mais que se encerrou o regime de colonato, e houve a Independência, não se apagou as particularidades produzidas nesse processo de formação social brasileira, que rebatem até os dias atuais.

Portanto, Fernandes (1975) compreende que a formação da burguesia no Brasil, não se deu de forma clássica, na verdade a burguesia tornou-se numa classe dependente dos países centrais. Nos colocando em um lugar de subordinação, em que à concentração de riqueza e poder era sempre reduzido a uma pequena parcela da sociedade. Mas, classe dominante essa que se encontra em posição de sujeição ao capital externo.

Segundo Fernandes (1975, p. 12), “os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como ‘os interesses supremos da Nação’, estabelecendo uma conexão estrutural intensa para as piores manipulações do exterior”. Destacando que os países latino-americanos se deparam com o problema do novo imperialismo que toma conta dos países, somado

com a influência da hegemonia dos EUA (Estados Unidos da América). E procuram medidas de como enfrentar o imperialismo, em face do crescimento das empresas, adicionado a essa intervenção americana, diante das fragilidades das estruturas dos países, mesmo naqueles que são mais avançados. É necessário compreender que a dependência não parte somente do viés econômico, ela abrange o cultural e social do país.

A expansão e desenvolvimento do capitalismo brasileiro propiciou a acumulação de capital na Europa. Com abertura para mercados, surgimentos de indústrias, produzindo grandes transformações econômicas, consolidando o capitalismo sob uma produção em massa com forte exploração da força de trabalho, e substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Fernandes (1975) demarca que nesse estágio a dominação externa se torna imperialista, e o capitalismo dependente passa a ser uma realidade na América Latina. O autor faz uma análise pontual, colocando que tanto o “moderno” quanto o “antigo” colonialismo não há a intenção de integração nacional. Pois não há uma igualdade tanto para os trabalhadores, quanto para o mercado capitalista, por não ser benéfico ao capital, aos seus interesses econômicos e políticos. O sistema é baseado na disputa, na competição dominante.

1.2. O CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Como sinalizado, o controle exterior sobre os processos de produção, não visava o lucro total dos produtores locais, mas sim para o seu território, com a comercialização de suas indústrias nesses países. Diferentemente da colonização, em que a dominação era sujeita somente a um país, agora ela passa a ser compartilhada por vários. Fernandes (1975), ao analisar sobre as diferenças da economia colonial para a economia nacional, aponta três operações que ocorre na estrutura,

Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes [...] Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente [...] (FERNANDES, 1975, p. 20)

Ou seja, a renda produzida, poder, estrutura formada e classe dominante na ordem social, são atributos existentes que demonstram a diferença da nova base de subordinação no Estado nacional. Neste processo, o capitalismo que se instaura, no Brasil, é o dependente, em que a superexploração da força de trabalho favorece uma produção ampliada por meio do subdesenvolvimento. Importante colocar que a América Latina não alcança o mesmo desenvolvimento econômico dos países centrais. A economia nacional do imperialismo moderno é coordenada para a sobrevivência dos países de capitalismo avançado.

Fernandes (1975) incita que a América Latina lida com duas realidades duras. O fato das estruturas econômicas, sociais e políticas latino-americanas sugere as influências e transformações que o capitalismo exterior promove. Com efeito, não conseguem alcançar seu próprio desenvolvimento. E a realidade que diz respeito a própria dominação externa, ao mesmo tempo, em que incita a modernização, impossibilita a evolução da América Latina, resultando em duas grandes contradições do capitalismo dependente.

Neste cenário, um fator importante para se pensar as consequências da dependência em um país colonizado, rebate na questão cultural incitada em posicionar o negro inferior ao branco. Visto que, mesmo após anos da abolição da escravidão, a sujeição e segregação permanece presente. Em 1888, o Brasil se tornou o último país a abolir a escravatura e, com isso, se estabeleceu os trabalhadores livres. No entanto, a libertação da massa de negros os deixou à mercê em todos os âmbitos, ao se tornarem trabalhadores livres, mas vivenciando precária condição de subsistência. Ou seja, as condições continuavam sendo desfavoráveis. O meio de subsistência habitacional encontrado foi a formação de favelas, cortiços em busca de um local em que pudessem residir, se afastando do local em que foi escravo.

Dentro deste processo, a miscigenação foi considerada um fator positivo, benéfico para o Brasil, considerado uma democracia racial³. Na análise romantizada de Freyre, os colonizadores portugueses são vistos em papéis de heróis e o discurso favorável da miscigenação procurava esconder violências sexuais dos senhores de engenho contra as mulheres pretas africanas. As mulheres negras não detinham

³O pensamento de Gilberto Freyre, parte da intenção de racionalizar as relações raciais no país, o que ele denomina de “morenidade”, “metarraça”, tanto que o mesmo considera a miscigenação um processo positivo. O que demonstra a contradição do seu pensamento, uma vez que as tentativas de miscigenação ocorreram na perspectiva de aniquilar com a descendência africana e negra.

poder de escolha e voz. E, a miscigenação buscava o branqueamento da sociedade. É, então, que o debate da democracia racial entra nos discursos oficiais.

Nascimento (2016) é contrário às postulações de que havia uma democracia racial, em que a sociedade brasileira convivia em plena harmonia, ao contrário disso, gera uma realidade ilusória. A população negra no estágio do regime colonial foi totalmente colocada em condições sub-humanas e era submetida a uma forte exploração do trabalho escravo; na qual sequer tinha voz para ir contra a ordem. O genocídio da população negra era fato. Nascimento (2016) apresenta estatísticas demográficas que mostram a grande queda no número de negros, entre os anos 1872 e 1950.

Simultaneamente, a proposta da miscigenação teve o sentido de manter a hegemonia dos brancos, da elite branca brasileira. Foram várias investidas na eliminação do afrodescendente e clareamento populacional. Como coloca Nascimento (2016, p. 69) “Temos, então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante”. Tal observação se encaixa com a análise de Fernandes (1975) sobre a dominação externa, as tentativas são de formar estereótipos europeus e americanos no Brasil, anulando a cultura brasileira originária e a descendência africana. Com um racismo estrutural presente, o negro passou a ser visto negativamente na sociedade, com sinônimo de algo obscuro, sujo, inferior, ruim (NASCIMENTO, 2016).

Moura (1998) e Nascimento (2016) destacam que um fator importante para a análise histórica, se dá pela deficiência da temática do negro na sociedade brasileira entre os historiadores. A restrição sobre o assunto é uma forma de alienação e indiferença em relação ao passado da população negra, que por vezes desfigura os acontecimentos históricos que os envolveu. Produzindo pensamentos alienados, estereotipados, que no cotidiano se apresentam nas questões como o preconceito, racismo, e genocídio da população negra.

Como podemos ver, o processo contraditório da abolição do trabalho escravo no Brasil, muitas vezes estudado como sendo fruto da magnanimidade da Princesa Isabel, do Parlamento, do Exército ou de modificações racionais no pensamento das elites, tem raízes muito mais profundas. Cabe ao historiador descobri-las. Analisá-las criteriosamente, voltado apenas para a verdade histórica. (MOURA, 1998, p. 16)

Outro ponto para estudo histórico envolve o tráfico dos negros, uma situação perversa no desenvolvimento econômico do país. Segundo estudos de Moura (1998), não há como contabilizar a quantidade de pessoas trazidas para o trabalho escravo, muitas foram mortas nas embarcações, antes mesmo de chegar no território brasileiro, devido a extrema insalubridade e péssimas condições de viagem. Os negros por serem considerados fortes e capacitados intelectualmente foram trazidos como mão de obra essencial para expansão econômica das coroas.

O trabalho escravo foi totalmente o agente para alcançar o máximo nas produções e riquezas dos países europeus, como também base para o crescimento das fases de maturação do capital nas metrópoles. Gorender (2016) coloca que a sociedade se antagoniza pela divisão social das classes e, no Brasil, essa divisão ocorreu particularmente nos moldes da colonização, sob o modo de produção escravista. Ou seja, as disparidades econômicas e sociais sempre foram presentes, bem como a exclusão dos direitos civis, políticos e sociais.

O passado marcante e deplorável brasileiro, a forma como os africanos e negros eram considerados e tratados, se gesta em prol do escoamento econômico. Como Gorender coloca, “(...) os homens acumulam e transformam suas forças produtivas. A começar por eles próprios como força produtiva dotada de subjetividade e intencionalidade”. (GORENDER, 2016, p. 24). A formação das relações de produção e as forças produtivas, que se formou no Brasil, foi fundamentada nas contradições do capitalismo, na ótica do alcance da mais valia, para a acumulação capitalista. Enquanto o trabalhador parte constituinte da produção e riqueza, vende sua força de trabalho, sem participação nos ganhos.

Portanto, a extrema desigualdade social e a pobreza generalizada atual se justificam diante de todo o histórico brasileiro colonial e escravocrata, questões que estão colocadas estruturalmente nas nossas particularidades. Por isso, a importância de superação desse sistema capitalista, que por meio da superexploração da classe trabalhadora alcança a sua acumulação de riqueza, e que desde os seus primórdios sujeita a raça negra à inferioridade e o genocídio negro.

CAPÍTULO 2 – A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

A partir das formulações contextualizadas no capítulo anterior, este pretende apresentar como se deu o processo de formação da população em situação de rua, considerando as bases histórico brasileiras formuladas no processo de construção de um Estado nacional. Compreendendo as relevantes condições que influenciaram na constituição das pessoas em situação de rua e dos fatores que favoreceram para o aumento de indivíduos que passaram a utilizar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Visto que a situação da população de rua é fruto da particularidade do sistema econômico capitalista dependente brasileiro e de suas crises.

Conseqüentemente, o vigente capítulo segue estruturado em dois tópicos. O item “2.1 - A população em situação de rua em finais do século XIX” exhibe os fatores e processos que contribuíram para a formação desta população no Brasil. E, o tópico “2.2 - Um novo olhar para a questão da pessoa em situação de rua no Brasil” aponta os condicionantes contemporâneos que cercam essa população, desde a organização dos movimentos sociais até implementação de políticas sociais e aparato normativo.

2.1. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FINAIS DO SÉXULO XIX

Não existe um fato isolado que explique a constituição da população em situação de rua, mas sim uma série de causalidades, logo, para realizar a análise é preciso considerar as particularidades do contexto econômico, político e social brasileiro. Como aponta Silva (2006),

[...]existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Mas, as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se a estrutura da sociedade capitalista, sua produção e reprodução vinculam-se aos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção de mercado de trabalho no capitalismo [...] (SILVA, 2006, p. 82)

E, no contexto de uma sociedade de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, que procura superar o atraso, entrando na concorrência com os países centrais, em prol do lucro e acumulação de capital. Uma das causas, que contribui

para o fenômeno da formação da população em situação de rua, encontra raiz no sistema capitalista, especialmente com o processo de introdução da industrialização pesada. Dado que, o final do século XIX é marcado pela forte presença da exportação do café, quando o país adota o sistema de governo republicano, com o primeiro presidente da dita Primeira República, Marechal Deodoro da Fonseca. A expansão industrial não respaldava os direitos trabalhistas da classe operária e muito menos englobava todos os trabalhadores.

A questão urbana é outro fator importante para se pensar a situação da vivência da rua. Desde o processo de abolição da escravidão, onde os escravos foram libertos e passaram a ser trabalhadores livres, não houve políticas alguma que atendesse às demandas da grande massa, inclusive um respaldo habitacional. O processo de abolição e migração dos escravos, sofreram tentativas de negar a liberdade, e por isso, passam a tratar da situação de forma repressiva. As terras que antes eram ocupadas por povos originários, converteram-se em domínio dos apropriadores e senhores de engenho. Portanto, os escravos não tinham condições de pagar por tal posse de terra, e fora que buscará meios de trabalho para a sua subsistência. Como pontua Fraga (2009, p. 99), “[...] finda a escravidão, os senhores locais se apoiaram nesses argumentos para reivindicar, dos governos imperial e provincial, medidas repressivas à vadiagem e à vagabundagem⁴”.

A expansão industrial resultou num grande fluxo migratório dentro do país, para as regiões do sudeste e sul, principalmente para a cidade de São Paulo. Com a crise de 1929, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil característica populista, tornando-se conhecido como o “pai dos pobres”. Nesse cenário acontece as transformações nas cidades, a urbanização e desenvolvimento de indústrias marcaram o início do século XX. As vastas propostas e ações destinavam para esse fim, como por exemplo, a construção e planejamento de Brasília, extensão da malha ferroviária e rodoviária, investimento em infraestrutura etc.

Com a intensificação de indústrias nas grandes metrópoles, a saída encontrada por muitos trabalhadores foi de ocupar os morros das principais capitais, construindo casas em condições precárias, formando as favelas/comunidades, os cortiços. Essas

⁴ Após a abolição da escravidão, a libertação dos escravos foi algo marginalizado pelos senhores de engenho. Os mesmos buscavam medidas repressivas, punitivas contra os ex-escravos, alegando que a sua condição de ser livre e não está ligado ao trabalho escravo significava um sentido de vadiagem e vagabundagem.

habitações foram construídas em estado extremamente vulnerável, insalubre, sem acesso ao saneamento básico. A ideia era a de que, ao se instalar próximo às indústrias e comércio, conseguir um emprego e residir próximo ao trabalho, auxiliaria melhor no ingresso a algum tipo de trabalho para manter a sua sobrevivência.

Tiengo (2018, p. 144) pontua que “dois fatores primordiais para o crescimento no número de pessoas em situação de rua foram a industrialização e os cercamentos das terras comunais”. Ou seja, desde a acumulação primitiva é possível ver o fenômeno da apropriação, que se entende em relação a posse de terras. E não se pode pensar em desenvolvimento, industrialização sem citar as crises econômicas cíclicas, pois elas são características do capitalismo.

Outra característica desse processo de avanço da industrialização é o êxodo rural. Com isso, muitas pessoas que viviam no meio rural, que produziam para si e vendiam uma pequena parte da produção, como meio de subsistência própria, começaram a se deslocar para o meio urbano em busca de emprego.

Antunes (2006) pontua que essas mudanças sociais se encontram em uma transformação contraditória, pois ao mesmo tempo em que industrialização requer força de trabalho, ela demanda que sejam trabalhadores capacitados para atuar com o maquinário. Aliás um plano reconhecido no governo Vargas, foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), justamente para qualificar força de trabalho da massa de trabalhadores. E, com os investimentos em novas máquinas, foi reduzido o operariado fabril, aumentando o subproletariado, com o trabalho precário, sucateando os direitos trabalhistas, o que eleva o número do exército industrial de reserva,

Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros (ANTUNES, 2006, p. 62)

Ou seja, a grande polarização de força de trabalho disponível nas capitais, formam o exército industrial de reserva, uma vez que o sistema não é capaz de prover a todos. Como pontua Santos (1993, p. 52) “a essa divisão social do trabalho ampliada, que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam”. Isso ocasionou num desigual desenvolvimento urbano e econômico, tornando o território sul, sudeste e centro-oeste mais desenvolvido e as regiões norte e nordeste subdesenvolvidas.

Maricato (2015) discorre sobre as cidades e os efeitos do capitalismo sobre ela, uma vez que não conseguimos pensar o capital sem a cidade. O capital moldou as cidades para atender as suas prioridades, como parte de sua estratégia de monopolização. Assim como os indivíduos que integram a cidade são mercadorias, que vendem sua força de trabalho, a cidade não seria diferente, logo também é uma mercadoria. A cidade é disputada por diferentes capitais, que insistem em reproduzir uma globalização desigual e de cunho neoliberal. Como sinaliza Santos (1993, p. 111), a modernização contemporânea é voltada para esse fim, "[...] o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos".

Portanto, os condicionantes que contribuem para a formação da população em situação de rua, parte dos processos da acumulação capitalista, que desassocia o trabalhador dos meios de produção,

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1867, p. 961)

Com isso, se compreende que a formação sócio-histórica brasileira, sempre foi baseada na imposição e dominação, as respostas para tais condições se dão sempre por meio de "saídas" paliativas e não com transformações estruturais. Um exemplo disso foi a saída dos escravos das terras dos senhores para irem aos grandes centros em busca de meios para a sua sobrevivência e moradia, tornando vendedor de si mesmo. O cenário em que os escravos se tornam "trabalhadores livres", com a presença do assalariamento ocorre tardiamente no Brasil após o período global da acumulação primitiva.

Sob essas condições que se forma a população em situação de rua, pois as questões que os levam a utilizar o espaço público como meio de habitação, envolve causas sociais, econômicas, culturais, demográficas e ausência de políticas públicas efetivas. Evidenciando, com isso, as expressões da "questão social".

Com a produção e reprodução das relações sociais capitalista exacerbadas, voltadas para a elevação da mais-valia, houve o processo de concentração das

riquezas socialmente produzidas e a forte superexploração da força de trabalho. A acumulação da riqueza socialmente produzida, toca diretamente na categoria da classe trabalhadora, pois ela produz e não retem parte do lucro produzido, ou seja, o resultado é a desigualdade exacerbada. Portanto, o trabalho se constitui como um fator primordial para subsistência humana, uma vez que uma grande massa de indivíduos não possui vínculo empregatício.

2.1. UM NOVO OLHAR PARA A QUESTÃO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

No final do século XX, um novo olhar foi direcionado para a questão das pessoas em situação de rua. Com o estabelecimento da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, marco estabelecido no âmbito dos direitos sociais e da seguridade social. Conforme o art. 194 da CF, “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Constituindo o tripé da seguridade social, sendo a saúde de acesso universal, a previdência social de caráter contributivo, e a assistência social prestada a quem dela necessitar.

Com tal embasamento, a luta por reconhecimento e visibilidade do direito à moradia para a população em situação de rua é representada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), instaurado em 1997. Responsável por mobilizações e lutas em prol de trabalhadores pelo acesso a habitação. A principal frente de luta é a reforma urbana. Com isso, o debate em torno da necessidade de habilitar e políticas sociais que atenda e respalde a classe trabalhadora, principalmente a população em situação de rua, passou a ser objeto de debate. A questão urbana envolve reforma na mobilidade urbana e democratização da habitação, garantindo o acesso a moradia.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) se tornou referência no debate e foi fundado em 2005. As pautas abordadas por eles são contra as principais violações de direito contra a população em situação de rua. Por meio da movimentação do grupo, muitas conquistas foram alcançadas, como por exemplo a pesquisa nacional da contagem de pessoas em situação de rua, a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPR), entre outras.

Outro fator que contribui para o caso da população em situação de rua é a negação do direito à moradia digna, direito constitucional, previsto no artigo 6º da Constituição Brasileira ou, como afirma o artigo 7º, que os trabalhadores recebam um salário-mínimo capaz de atender à necessidade moradia. A disposição para aquisição de um imóvel ou lotes é inacessível para grande massa da sociedade, por isso, há uma numerosa quantidade de pessoas que moram de aluguel, ocupam espaços ou constroem suas casas nas comunidades. Visto que, diante da crise sanitária atual e econômica recorrente, com alto índice de desemprego, milhares de pessoas não conseguem arcar com os valores dos aluguéis, contrariando os direitos estabelecido na CF. Para muitos, a saída é utilizar das ruas como meio de moradia.

A Política de Nacional de Habitação (PNH), elaborada em 2004, foi uma conquista importante. A política “visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social”. (BRASIL, 2004, p. 29). Está ligada as tentativas mínimas governamentais de intervir na questão da habitação. Todavia, os retrocessos sempre estão presentes, e no ano de 2021, foi sancionado sob governo Bolsonaro a transformação do Programa Minha Casa Minha Vida⁵ (PMCMV) no Programa Casa Verde e Amarela⁶ (PCVA). Programa que não tem um caráter democrático e efetivo em atender as necessidades sociais, que transforma um direito constitucional em mercadoria. De tal forma, que não é atendido as necessidades habitacionais das pessoas.

No Brasil, aponta Boschetti (2016), que vivenciamos um cenário de crise estrutural que se arrasta há anos, “na perspectiva marxiana, as crises constituem manifestações das contradições capitalistas em sua incessante busca de superlucros e superacumulação”. Portanto, as crises atingem o âmbito econômico, político e social do país, rebatendo diretamente na classe trabalhadora. Pois com a alta inflação,

⁵ Programa Minha Casa Minha Vida instaurado por meio da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, no governo Lula. Programa do Governo Federal intervêm para que as famílias de baixa renda conquistem a casa própria. Para acesso ao benefício as rendas são divididas em faixas, sendo da 1 até a 3. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv>> Acesso em: 24 de abr. de 2022.

⁶ Programa Casa Verde e Amarela substituto no governo Bolsonaro, por meio da Lei nº14.118, de 12 de janeiro de 2021. Dentro dos condicionantes para ser um beneficiário é preciso que qualquer pessoa com renda familiar mensal bruta de até R\$ 7.000,00 para imóveis urbanos. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/programa-casa-verde-e-amarela>> Acesso em: 24 de abr. de 2022.

queda na taxa de lucros das empresas, aumenta-se também os preços do mercado, estendendo aos setores petrolíferos, alimentício, transporte público, mercado de trabalho, entre outros. Dado que, chega um determinado momento que vários indivíduos componentes da classe trabalhadora, não encontram meios para responder as suas necessidades, elevando o número de desempregados. Portanto, esse processo é um fato que agudiza a desigualdade social já existente.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, no parágrafo único do artigo 1º, considera quem é população em situação de rua,

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Acompanhando os seguintes princípios,

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - Respeito à dignidade da pessoa humana;

II - Direito à convivência familiar e comunitária;

III - Valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - Atendimento humanizado e universalizado; e

V - Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

VIII - Respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - Implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - Democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

De tal forma, os aparatos políticos da assistência social assumido pelas/os assistentes sociais, principalmente o Centro POP, procuram viabilizar os direitos dessa população, conduzindo o exercício pelos princípios da política acima. Atentando para essa condição, Mota (2008) é enfática em dizer que, “as classes dominantes invocam a política de assistência social como solução para combater a pobreza relativa e nela imprimem o selo do enfrentamento da desigualdade ao tempo que exercitam a sua condição de classe dirigente [...]” (MOTA, 2008, p.135).

A assistência social vivencia uma dualidade contraditória, entre ser um caráter conquista da luta da classe trabalhadora, mas também uma medida de controle social

da classe dominante sobre a mesma. E, como sinaliza Boschetti (2016), é imposto que ela regule a pauperização e a desigualdade social extrema da conjuntura brasileira, entretanto, a mesma não consegue, e nem é a sua função tal feito. Já que esse problema é marcado pela contradição capital versus trabalho, inerente do sistema capitalista por todo o traço histórico, produzindo as expressões da “questão social”. Segundo Boschetti (2016),

[...] assistência social não é uma estratégia de superação da pobreza e nem de redução da superexploração da força de trabalho. Ela não contribui para reduzir a superexploração da classe trabalhadora e nem para estancar os processos contemporâneos de expropriação social. Ao contrário, ela participa do movimento mais geral que cria as bases sociais de reprodução do capital, qual seja, assegurar com menor custo a reprodução ampliada da classe trabalhadora e dos que não podem trabalhar. (BOSCHETTI, 2016, p. 27)

A contradição que se baseia o capital é perceptível na desigualdade social exacerbada do Brasil. E a classe trabalhadora não encontra outras saídas, a não ser satisfazer as suas necessidades básicas mediante o trabalho. Disputando o mercado de trabalho, com a contínua incrementação tecnológica e terceirizações de serviços, ocorrendo a substituição do trabalho vivo pelo morto, elevando o índice de desemprego, resultando aumento na pauperização.

Por consequência, é nestas condições em que se realizará a atuação profissional da/o assistente social nos espaços sócio-ocupacionais. As condições impostas tentam limitar a viabilização de direitos, contudo, conforme nessa conjuntura que é necessário criar fontes de resistência, luta coletiva, movimentar a participação popular fomentando a criação de possibilidades. Pois, diante do sistema capitalista, o cenário é claro em não voltar a ser favorável para a execução das políticas sociais. Complementando com a disposição de Iamamoto, cabe ao profissional decidir qual direção seguirá, em qual projeto se apoiará,

De um lado, a atuação do(a) assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social. (IAMAMOTO, p.19)

Como também, a importância do trabalho interdisciplinar, que não movimenta somente a interlocução dos agentes profissionais diversificados, como também promove uma articulação entre as políticas públicas. Partindo de que os fatores que

levam as pessoas em situação de rua são variados e se interligam, as formas de atuar visualizando o cenário precisam ser vinculadas com políticas sociais que também atenderão as demais necessidades do usuário. Por exemplo, um usuário que está em situação de rua, possui vulnerabilidade na saúde, no social, habitacional, e não será somente com o acesso a rede de assistência social que viabilizará todos os direitos necessários para a superação desta condição. Como ressalva a Orientações Técnicas: Centro Pop,

A Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) enfoca a intersetorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada. (BRASIL, 2011, p. 18)

Dessa forma, o panorama que se coloca no cotidiano é marcado por tensões que tentam limitar, que realmente não facilitará a execução da política da assistência social, bem como as outras. Contudo, é necessário lembrar que elas foram implementadas por meio da resistência e de luta da classe trabalhadora, a qual se insere os assistentes sociais, e nesse movimento é necessário criar possibilidades para o exercício profissional, com a relativa autonomia presente.

CAPÍTULO 3 – A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO POP DE CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Neste capítulo será apresentada uma análise da atuação de assistentes sociais realizada no Centro POP de Conselheiro Lafaiete – Minas Gerais, em tempos de pandemia, a partir da experiência de estágio. Assim, nesse estudo, procuramos levantar quais são os limites, as possibilidades e os desafios posto aos profissionais do Serviço Social em seu cotidiano profissional afetados pela situação de pandemia COVID-19.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: no tópico 3.1, será exibido as metodologias usadas na construção neste trabalho de conclusão de curso; no 3.2, será apresentada a instituição do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) no município em questão. Fechando com o item 3.3, ocorrerá a apresentação dos principais limites identificados, possibilidades encontradas e os desafios postos no cotidiano profissional.

3.1. METODOLOGIAS DE PESQUISA UTILIZADAS

A metodologia adotada para o estudo e construção da análise qualitativa visou a apreensão da realidade, “[...] o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39). Para alcance dos objetivos propostos, foram utilizadas as seguintes metodologias: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e relato de experiência. Com isso, buscou-se a construção da análise crítica do contexto de atuação profissional em tempos de pandemia.

Iniciando com a pesquisa bibliográfica, ela se voltou para análise de documentos considerados primários de domínio científico reconhecido, o qual é o objeto de estudo. A partir disso, foi possível analisar o cenário posto daquele momento examinado, saber de qual ponto de vista o autor descreve, quais são os referencias utilizados para a fundamentação teórica da pesquisa. A pesquisa bibliográfica “possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados

dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto”. (LIMA, 2007, p. 40). As etapas consistiram em separação do material didático, levantamento de informações pertinentes e por fim uma síntese dos dados, de modo que haja uma coesão e coerência, entre os assuntos e autores debatidos. Por meio de autores, referenciados no âmbito de estudo do Serviço Social.

A pesquisa documental se direcionou na utilização de documentos empregados no período de estágio, como relatórios sociais, ofícios, diários de campo. Materiais que abarcam o tema percorrido, possibilitando a fundamentação na análise teórico-científica, bem como o aprofundamento do estudo. A fim de encontrar respostas às problemáticas e aos objetivos propostos. Ela se volta para documentos que especificamente não foram expostos cientificamente.

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997, p. 62)

A pesquisa bibliográfica iniciou na busca de estudiosos na área do Serviço Social e outras áreas de conhecimento. Em seguida, autores que debatem sobre as particularidades sociais, políticas e econômicas brasileiras. Além disso, tal método possibilitou um aprofundamento sobre as principais questões em estudo. Foram fontes de pesquisa: livros, artigos científicos, revistas on-line, cartilhas informativas e sites do governo federal e do município de Conselheiro Lafaiete.

E, para finalizar, utilizamos o relato de experiência,

[...] expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento. O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais” (MUSSI, 2021, p. 63)

Esse método foi destinado para apresentar a visão e os apontamentos adquiridos na minha experiência de estágio sob o olhar enquanto discente em formação acadêmica. O uso consistiu na apreensão do diário de campo, acerca do material produzido na formação, contribuindo para o debate em e as vivências do cotidiano relacionando a teoria.

3.2. O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

Neste tópico, a reflexão volta-se para a apresentação da instituição Centro POP em Conselheiro Lafaiete – MG, retratando como se deu a implementação deste equipamento, bem como as normativas que asseguram e respaldam a política social do mesmo. Então, houve a contextualização do território em que está inserido, as demandas que a região aponta, bem como, os serviços e benefícios ofertados pelo equipamento.

O município de Conselheiro Lafaiete era chamado de arraial do Campo Alegre dos Carijós, em 1683. Região em que os garimpeiros e índios carijós se instalaram. Os índios falavam língua tupi-guarani e vieram fugidos do litoral fluminense. O processo de civilização teve relação direta com o desenvolvimento da mineração em Ouro Branco, cidade vizinha. Com isso, a região de Campo Alegre seria para permanência por estar no caminho das passagens para minas de outras cidades da redondeza. No século XVIII, o arraial se tornou Real Vila de Queluz e, em 27 de março de 1934, a cidade passou a se chamar de Conselheiro Lafaiete. O nome da cidade foi em homenagem ao centenário do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.

Situada no caminho novo da Estrada Real, aberto em 1701, a cidade se localiza no cerco de grandes mineradoras e siderúrgicas de cidades vizinhas, sendo reconhecida por ser uma cidade dormitório. Segundo o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, é notório o número de trabalhadores que moram em Conselheiro Lafaiete e se deslocam para outros municípios para trabalhar. Segundo dados do IBGE Projeções, em 2010, a estimativa da população era 116.512 pessoas e, para 2021, de aproximadamente 130.584 pessoas.

É nessa região que o Centro POP⁷ está localizado, na macrorregião metropolitana de Belo Horizonte, à 96 km da capital. O setor produtivo que se destaca é o comércio, sendo a média salarial de 1.9 salário mínimo dos trabalhadores formais, em 2019. E, com um PIB per capita em torno de R\$19.512,70, em 2019.

Situado dentro da estrutura da política de assistência social no âmbito municipal, seguindo as ações estabelecidas no SUAS e regulamentadas pela LOAS - Lei nº 8.742/93, o Centro POP constitui-se como instituição de caráter público, estatal,

⁷ O endereço é na Avenida Prefeito Telésforo Cândido de Rezende, 87. Centro da cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais.

com gestão descentralizada, articulada com a União e os demais entes federativos, e com participação da sociedade civil. Trata-se de uma unidade de referência da política social de média complexidade, implementada no município de Conselheiro Lafaiete, no ano de 2014.

O Centro POP é um “espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito”. Busca-se, através deste serviço, “proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social”⁸. Instaurado no município no dia 23 de maio de 2014.

Esse equipamento oferece obrigatoriamente o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O público-alvo se destina especificamente para jovens, adultos, idosos e famílias em situação de extrema vulnerabilidade, que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Como também, é ofertado o Serviço Especializado em Abordagem Social, que não se constitui em um serviço obrigatório do setor, pois segundo a Tipificação tal atividade pode ser realizada em outro espaço da rede socioassistencial. Com os atendimentos voltado para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias em situação de risco pessoal e social que utilizam os espaços públicos para moradia e/ou sobrevivência.

As demandas surgem por espontaneidade dos usuários, solicitações ou encaminhamentos da rede de articulação da região. O atendimento inicial se dá na entrada, com a averiguação de cadastro existente e documentação de identificação, direção dos benefícios oferecidos, por meio da acolhida aos usuários com escuta ativa. Dentre os benefícios concedidos, existe o atendimento e acompanhamento com a equipe técnica, espaço para banho, alimentação por meio de lanches, requerimento de liberação de passagem para a cidade de Belo Horizonte – MG, armazenamento de documentos ou pertences pequenos e encaminhamento/articulação com a rede de serviços e benefícios socioassistenciais, conforme a demanda necessária. Os atendimentos ocorrem de segunda-feira à sexta-feira, das 8 às 16 horas.

Contudo, as condições de prestação de serviço na instituição sofreram alteração diante da situação de pandemia. Um panorama marcado por incertezas e medo, desconhecimento de sintomas, contágio e combate, levou os indivíduos ao

⁸Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Conselheiro Lafaiete. Disponível em: <<http://sociallafaiete.blogspot.com/p/centro-pop.html>>

isolamento social, com a permanência restrita em casa. Com isso, os atendimentos e serviços ofertados pelo Centro POP também foram, inicialmente, suspensos.

Foi nesse estágio de contingências que se deu a minha entrada em campo de estágio, no dia 23 de junho de 2021. As atividades do setor estavam restritas aos atendimentos emergenciais realizados na porta da instituição, apenas com liberação do benefício de passagem e entrega de lanche. Nesse período, houve o aumento de demanda do benefício de passagem, principalmente, por causa do número de migrantes passando pela cidade e que queriam retornar para suas cidades de origem. Pela cidade estar posicionada em torno de municípios e distritos menores, Lafaiete se torna uma cidade mais central para moradia. Então, muitos que residiam na região haviam perdido seus trabalhos por causa da situação de pandemia. Pela situação de desemprego, não tinham condições de retornar para a sua cidade de referência.

De tal forma, houve o aumento da busca pelo benefício de passagem de ônibus, que naquele momento só estava sendo concedido para a cidade de Belo Horizonte – MG. Isso se deu também por causa da ausência de contratos com outras empresas de viação, por questões burocráticas. Questão que limitou o auxílio para os usuários, pois não é somente para uma região que se destinam os mesmos.

No decorrer do estágio e em virtude da progressão das vacinas iniciadas, em janeiro de 2021, o Centro POP voltou a funcionar de acordo com os protocolos de segurança exigidos (distanciamento social, uso obrigatório de máscara e álcool em gel). Com isso, houve uma melhor condição para a análise concreta de como a população em situação de rua está vivenciando a situação de pandemia, num estado de calamidade e violação de direitos exacerbados.

No que se refere a situação de violação de direitos, o desemprego, a ausência de moradia, os conflitos familiares, a moradia em condições precárias, entre outras questões fizeram parte do cotidiano de vida desse público em questão. Condições essas que os levaram a buscar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

E o Serviço Social é a profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que tem na “questão social” a base de fundação da especialização de seu trabalho coletivo, que emergiu como profissão na sociedade capitalista em seu estágio monopolista para atender aos interesses do capitalismo, para controlar e minimizar a “questão social”. Segundo Iamamoto (2006, p. 177), a “questão social”

[...] diz respeito ao conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A “questão social” expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”.

Nesse cenário o trabalho da/o assistente social é respaldado pelas normativas que legitimam e asseguram a profissão. Temos o Código de Ética e a Lei de Regulamentação, conforme o Art. 2º do Código, “constituem direitos do/a assistente social: a garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código”. O exercício profissional possui embasamento teórico-metodológico na teoria social crítica de Marx, em que analisa as contradições da ordem social capitalista e caminha na contramão do sistema vigente.

E, a profissão está imbricada nesse processo, pois apesar da relativa autonomia e liberdade da/o assistente social, constitui-se também em classe trabalhadora que vende a sua força de trabalho,

Inúmeras situações que expressam essa nova morfologia do trabalho de assistentes sociais podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/ao experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida. (RAICHELIS, 2018, p. 52)

Todavia, cabe ao profissional de Serviço realizar a análise e entender quais os limites e possibilidades no cotidiano, compreendendo que o cenário é demarcado por condições objetivas e subjetivas, a sua autonomia não será plena, mas relativa, e que por meio dela somado a uma finalidade e intenção, possa ser alcançado o objetivo. Justamente sobre esse tema que a autora Yolanda Guerra discorre sobre essa falácia de que a teoria é diferente da prática,

Teoria e prática como polos opostos se confrontam a todo momento: questionam-se negam-se e superam-se, a ponto encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, teoria e prática mantêm sua especificidade e autonomia. A teoria tem que ser vista como a crítica e a busca dos fundamentos. (GUERRA, 2018, p. 9)

Nesse contexto, a/o assistente social precisa estar livre de todo julgamento e preconceito, para que a atuação profissional não esteja fundada em práticas

pragmáticas, conservadora, que limitem a ação profissional, impondo mais embates que já existem. Portanto, o exercício parte do conhecimento da realidade e território, a partir da definição de limites, possibilidades e planejamento, trabalhando em prol de ser um agente facilitador, que amplia as informações e o acesso dos usuários, buscando a formação contínua, materializando o projeto ético político.

É justamente, neste novo cenário de trabalho que se colocou para o profissional de Serviço Social do Centro POP de pandemia mundial de Covid-19, que demandas se apresentaram em ritmo acelerado, impondo respostas imediatas aos atendimentos prestados para a população em situação de rua, que necessitava neste panorama de uma assistência social prioritária.

3.3. O ESTÁGIO NO CENTRO POP DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Com o ingresso no campo de estágio, foi possível notar que a situação dificuldades presentes no atendimento por parte da equipe técnica aos usuários do Centro POP. Podemos citar algumas das dificuldades identificadas: a barreira de realizar visitas domiciliares, dificuldade em manter o contato direto com os usuários, a impossibilidade de garantir o acesso a todos os serviços do equipamento a todos usuários (como por exemplo, utilizar os serviços de banho e acesso a alimentação). Além disso, eram altas as demandas relativas sobre informações do auxílio emergencial por causa da dificuldade dos mesmos de não possuírem aplicativos para cadastro e acompanhamento.

O retorno das atividades na instituição possibilitou um contato maior com os usuários nos acompanhamentos em atendimentos técnicos, visitas domiciliares, participação em reuniões e conferências. Apreendendo a prática profissional, como se dá a relação com as redes socioassistenciais, elaboração de relatórios sociais e ofícios. Como também, viabilizou no provimento dos serviços básicos de higiene pessoal, considerando de extrema importância ao combate do Corona Vírus.

E nas experiências finais do estágio III, que se deu de forma prática sob supervisão de campo, com atendimentos aos usuários, elaboração de relatórios, evoluções nos cadastros, encaminhamentos para as redes de articulação e participação em reuniões. Propiciou uma análise crítica da realidade, relacionando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo. A partir dessa

experiência, sinalizaremos os limites, possibilidades e desafios identificados no cotidiano profissional do serviço social, durante minha experiência de estágio.

3.3.1. Limites identificados:

Nos semestres de estágio, os limites que se colocaram dentro do espaço profissional do Centro POP foram evidentes. Dentre estes, a insegurança alimentar foi uma questão recorrente, visto que se trata de um importante mecanismo de subsistência deste público-alvo e, com a pandemia e situação de isolamento social, eles passaram a ter acesso a uma alimentação precarizada. A alimentação recebida era apenas biscoitos de água e sal com suco ou leite de soja com achocolatado, ocasionando numa deficiência nutricional. E, muitos eram os questionamentos e reclamação do lanche oferecido, pois anos atrás era ofertado almoço no Centro POP, mas com os recortes e mudanças o benefício foi cessado. Portanto, essa carência alimentar não somente limita, como distancia os profissionais dos usuários nos atendimentos. Isso fez com que alguns não comparecessem ao setor para o acompanhamento técnico, pois não tem um lanche que atenda às suas necessidades, e nas ruas há tentativa de conseguir algo melhor.

Neste sentido, houve um caso, durante a ação de acolhida do frio intenso, entre os dias 19 e 22 no mês de maio, que chamou atenção: um usuário que estava em sua barraca foi convidado na madrugada para ser acolhido no abrigo temporário para passar a noite em um local seguro e também foi oferecido um chocolate quente, e o indivíduo recusou os dois serviços. Pois o usuário informou que durante o ano inteiro ele toma leite de soja e não queria beber somente uma vez o chocolate quente; assim permaneceu em sua barraca. Diante dessa situação, é notável a barreira que é criada de acesso e atendimento das questões postas pelo usuário, uma vez que realmente os seus direitos enquanto cidadão estão sendo negligenciados.

Outra questão que precisa ser destacada é a ausência de um equipamento de abrigo na cidade para o acolhimento e a intervenção da autonomia e superação do indivíduo. Visto que, a fragilização e rompimento de vínculos familiares é presente, o abrigo seria um espaço para desenvolver a autonomia pessoal, desenvolvimento de convivência em comunidade, reconstrução dos vínculos familiares e, sobretudo, acesso as atividades sociais. Mas, a falta de abrigo institucional advém de um pensamento e visão marginalizada das pessoas em situação de rua. O pré-conceito

que tanto as autoridades municipais quanto a sociedade têm de que a existência de um abrigo na cidade, elevaria o número de indivíduos em situação de rua.

No âmbito da saúde, foi identificada a escassez em relação à dificuldade de realização de higiene pessoal (como banho, lavagem de roupas), no período em que o setor esteve fechado. Houve insuficiência de máscara para os usuários, em muitos casos, os mesmos chegavam com máscaras em péssimas condições, rasgadas, sujas. Então a oferta de máscara aumentou, e por vezes o setor não dispunha mais de equipamento de segurança disponível para os indivíduos, justamente no momento mais preciso.

Ainda na área da saúde, a dependência química e o alcoolismo era presente entre as pessoas em situação de rua, não que seja o motivo principal que os levaram a essa situação, mas porque os motivos se interligam. E como em muitos atendimentos, vários usuários alegaram que buscam fazer o uso dessas substâncias, como meio de descarregar os sentimentos, e até mesmo para os levar a esquecer nem que seja por um momento a situação que estão vivendo. Contudo, alguns usuários compareciam no setor solicitavam atendimento e utilização dos benefícios, mas eram negados, devido aos sintomas de embriagues. Primeiro, porque é estabelecido na norma da instituição que o usuário não pode ser atendimento nessas condições, e segundo, justamente pela própria segurança deles, com o ambiente de escadas e o risco de queda no banheiro, O que impacta na ausência de execução dos benefícios prestados, como no atendimento técnico.

Para auxiliar os mesmos na superação da dependência, foi realizado a articulado encaminhamentos para o Centro De Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPs AD). Porém, muitos possuíam resistência ao tratamento disponibilizado durante às crises de abstinência, pois com a medicação eles dizem ficar em um estado “paralisado” /” sedado” e por eles não possuírem um local seguro para que esse momento possa ser controlado, acompanhado, muitos rejeitam. Uma vez que as ruas impõem que eles tenham “maldade” e esteja alerta.

Finalizando, outro limite encontrado na área da saúde se volta para a questão dificuldade de acesso aos atendimentos odontológicos e clínico. Os usuários demandam tratamento médico, com isso são realizados encaminhamentos e direcionamentos dos mesmos aos Programa Saúde da Família (PSFs) e à Policlínica municipal. Mas muitos não chegaram a ir a esses espaços com o argumento da

distância do local e da ausência de documento de identificação. O que limita a viabilização dos direitos aos indivíduos, uma vez que é compreensível rejeição que eles sentem destes equipamentos de acesso ao seu direito a saúde. Visto a marginalização e preconceito que se tem da população em situação de rua. A alternativa encontrada para esse impasse seria a implementação de um consultório de rua, que atenderia as necessidades em local de fácil acesso.

3.3.2. Possibilidades encontradas:

Em virtude do contexto apresentado, o trabalho do/a assistente social no exercício cotidiano é fazer frente a esses entraves, reforçando o projeto ético-político profissional, resistindo ao conservadorismo presente na sociedade, - advindo do arcabouço da profissão pois, a profissão fundamentou-se aos interesses da classe burguesa, a fim de controlar a “questão social”, responsabilizando o indivíduo - se guiando pelo principal eixo do projeto sendo a liberdade. E as possibilidades encontradas na atuação profissional se gesta primeiramente na interdisciplinaridade e atuação em conjunto.

O trabalho em equipe é uma possibilidade encontrada nesse cenário, sendo manifestada no cotidiano, mas também com reuniões periódicas de equipe, discussão de caso entre os técnicos, reflexo da interdisciplinaridade. Conforme a Cartilha do CFEES ‘Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social’ (2011) descreve,

[...] o trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não o responsabilizar pela sua condição socioeconômica. (CFESS, 2011, p. 26)

A equipe do Centro POP consiste em funcionários efetivos e contratados, composto por 1 coordenadora como assistente social de referência, 2 assistentes sociais, 1 assistente social em referência na abordagem social, 2 psicólogas, 1 auxiliar administrativo, 1 cuidadora, 1 cozinheira, 2 auxiliares de obras e serviço e 1 técnica em saúde bucal uma vez por semana, totalizando em 12 trabalhadores. O regime de trabalho e atendimentos prestados aos usuários no setor são escalonados, por meio do plantão do período, ou seja, um técnico de referência do dia e outro para apoio, ocorrendo tanto para o período da manhã, quanto da tarde. O que possibilita discussões de caso frequente entre eles, e a formação de vínculos com os usuários.

Outra possibilidade encontrada foi o Programa de Capacitação Permanente (PROCAP) realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). São encontros mensais entre as redes socioassistenciais de Lafaiete com objetivo de proporcionar educação permanente aos trabalhadores do SUAS, bem como auxiliando na articulação dos setores. Diante dessa ação estabelecida, foi possível correlacionar as teorias acadêmicas aprendida, a fundamentação teórico-metodológica, somada aos entraves do cotidiano.

A articulação com a sociedade civil com as ações do Centro POP propicia alternativas às questões da população em situação de rua, como a designação de suprimentos doados por organizações sem fins lucrativos. Isso também permite criar mecanismos de atividades conjuntas, como por exemplo, a criação de um plano de contingência em relação a onda de frio com a instituição da Defesa Civil, a destinação de suprimentos como roupa, itens de higiene pessoal para o setor, com planejamento construído com conhecimento dos usuários. Dessa maneira, é criado um vínculo com o usuário, que pode ser desenvolvido nas atividades de intervenção na instituição, abrindo margem para as práticas técnicas, alcançando os objetivos proposto pelo Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua, cujo objetivo é

Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária. (Orientações Técnicas, 2011)

Portanto, as possibilidades encontradas necessitam de articulação, utilizando o principal instrumento de trabalho a linguagem e a escrita oral. É através dela que se pode perceber a demanda que está sendo colocada, se é uma solicitação imediata ou causa que vem sendo reprimida. A fim de direcionar a melhor execução possível.

3.3.3. Desafios postos:

O desafio posto à assistência social que tem se desdobrado nos últimos tempos, a contingência de números de usuários que estão aguardando agendamento no Cadastro Único é grande. Para tentar minimizar esse problema, a solução foi criar

um aplicativo⁹ em março de 2022, que promete agilizar o processamento dos dados para o agendamento. Entretanto, a grande parte da população em situação de rua não dispõe de aparelhos eletrônicos, aliás esse é justamente um desafio em contactar os usuários. Segundo os dados apresentados no documento Mapeamento e Diagnostico da População em Situação de Rua em Conselheiro Lafaiete, referente ao período de março de 2022. Atualmente no município há 41 pessoas em situação de rua, destas, 16 não possuem local definido, por serem instáveis sempre mudando de local. Com isso, a dificuldade em aproximação e intervenção com os mesmos.

Portanto, as tentativas de agilizar os processos por meio tecnológicos não abarcam a população em situação de rua. Ao analisar esses processos, a apreensão demonstra o amplo abismo da desigualdade social na sociedade para com a população em situação de rua. O contraste explícito, na forma de agir e sobreviver em tempos de Corona Vírus, possibilitou notar os retrocessos, o caráter conservador existente na sociedade, e principalmente a governança de um presidente baseado em uma agenda neoliberal, que fundamenta culpabilização dos indivíduos, deixando os aparelhos da seguridade social à deriva.

Com também, a estrutura física do setor se coloca em um desafio diário, uma vez que, segundo a Tipificação (2011, p.40) o ambiente físico deve ser “espaço para a realização de atividades coletivas e/ou comunitárias, higiene pessoal, alimentação e espaço para guarda de pertences, conforme a realidade local, com acessibilidade em todos seus ambientes”. O Centro POP está no centro da cidade, mas o seu acesso se dá por lances de escada, o que prejudica a entrada de alguns indivíduos, devido a pouca mobilidade, sintomas de embriaguez, idade avançada e por ser uma estrutura estreita, por vezes ocorrendo atendimento técnico na calçada da rua, sem o respaldo de sigilo.

Devido a permanência nas ruas, é muito comum a perda dos documentos pessoais e o roubo desses. E o desafio de encontrar data para agendamento de segunda via do documento de identidade, no site especializado ocorre rotineiramente.

⁹“O aplicativo está disponível nos sistemas Android e IOS. A modernização do Cadastro Único pretende facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços sociais. O auto cadastramento reduz o tempo de espera nas unidades de atendimento, já que a pessoa chega ao local com a necessidade de apenas completar e confirmar seus dados” Fonte: Ministério da Cidadania. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-lanca-novo-aplicativo-do-cadastro-unico>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

E quando se consegue a marcação, entra o desafio de comunicar os usuários, a data, horário e local, assim as tentativas de informar se voltam para a busca ativa.

Por outro lado, a burocracia é uma forma de limitar o exercício profissional da/o assistente social e também de distanciar os indivíduos do acesso aos seus direitos. Os recortes, sucateamento e retrocesso na política de assistência social são provas disso, o modo pelo qual foi conduzido o país em tempos de pandemia mundial confirma essa alegação. Logo se faz necessário aprofundar a emancipação política, para que quando os usuários requererem os seus direitos ao um setor, e a sua solicitação for negada, que ele possa compreender que enquanto cidadão de direito, ele possa fazer frente ao seu direito e dever de voto nas eleições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do processo histórico brasileiro abordado neste trabalho, nos revela como tais questões da desigualdade social estão enraizadas estruturalmente no país. O preço do processo colonial que recai atualmente é alto demais para a classe trabalhadora, são crises e impactos que se arrastam durante séculos. Como a condição de dependência nos sujeita a um subdesenvolvimento estritamente ligado ao socioeconômico, condicionando as esferas do social, política, cultural e do Estado.

Com a situação de pandemia, a conjuntura econômica, política e social colaborou para o agravamento das expressões da “questão social”. Exibindo que as relações sociais estão alienadas, e como a classe trabalhadora faz parte do processo de produção, contudo não usufrui do conjunto da riqueza socialmente produzida, justamente elaborada por sua superexploração da força de trabalho.

A questão racial é uma expressão do histórico brasileiro marcado pela colonização e escravidão, confluíram para a formação da população em situação de rua, uma vez que segundo os dados da Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, realizada entre 2007 e 2008, aponta que dentre os entrevistados (67%) são negros. Um fato que está atrelado ao fato do processo tardio da abolição da escravidão no Brasil, sem respaldo, tanto da miscigenação e genocídio dos negros.

Essa porcentagem de dados, somado com a minha experiência em atendimentos aos usuários predominantemente à negros e pardos no estágio do Centro POP, não pode ser considerado apenas um número, ou aleatoriedade. Envolve uma particularidade do histórico brasileiro, de segregação, alienação e principalmente “superioridade” de homens apropriadores brancos

A condição de sermos um país de capitalismo tardio e dependente, reflete na no desenvolvimento socioeconômico do país, tanto que a empregabilidade também é um fator que leva às pessoas utilizarem as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Dentre os principais motivos que os levaram a viver nas ruas, (25,5%) por álcool ou drogas, (29,8%) pela perda de emprego e (29,1%) por conflitos familiares segundo o censo da pesquisa.

O vínculo empregatício está diretamente ligado a condição humana de subsistência, como também no cerco das relações sociais. Uma vez que um indivíduo não vende a sua força de trabalho, não possui condições para manter a sua

sobrevivência, e se encontra em extrema vulnerabilidade, a resposta encontrada é ocupar os logradouros públicos para sua sobrevivência. Dentre os relatos ouvidos em estágio, grande parte dos usuários informaram que nessa conjuntura de pandemia mundial do Covid-19, ao estado de precarização e terceirização da força de trabalho, foram demitidos, e não haviam mais condições financeiras de subsistência.

Os desafios e limites impostos na política de assistência social são tentativas do sistema em burocratizar, dificultar o acesso aos direitos, (90%) das pessoas em situação de rua entrevistados na pesquisa afirmam não receber benefícios de órgãos governamentais. A falta de documentação pessoal é uma barreira que se coloca para o acesso a esses serviços, e infelizmente esses sujeitos de direitos passam a ser considerados invisíveis perante o Estado.

Tal invisibilidade que se arrasta por séculos, demonstra a irrelevância do Estado para como as políticas sociais. Colocando por exemplo, a incumbência de solucionar as expressões da “questão social” na política de assistência social. Uma vez que, ela não poderá erradicar tal situação, pois tais feitos estão imbricados no sistema econômico capitalista.

Para isso, se faz necessário o exercício profissional que atue na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, com participação em movimento sociais. Realizando a mediação da fundamentação teórica com a realidade. Aliançada ao projeto societário da classe trabalhadora, ao qual o profissional de Serviço Social integra.

Portanto, como base nas metodologias de pesquisas e experiências de estágio, foi possível caracterizar a conjuntura que estamos inseridos, analisar a situação da população em situação de rua frente aos processos históricos, identificação dos limites, possibilidades e desafios encontrados no exercício profissional. Visto que, este trabalho possa promover debates em torno da política de assistência social do Centro POP e contribuir para a formação acadêmica a partir dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: **Cortez**; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ARAÚJO, Luciene et al. Serviço social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional. **Revista Katálysis** [online]. 2020, v. 23, n. 01. P. 81-89. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p81>> Acesso em: 21 de dezembro de 2021.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: **Edições 70**, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

_____. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm>. Acesso em: 21 de dez. de 2021

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasA_notada.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Volume 3. Brasília, 2011. Gráfica e Editora Brasil LTDA. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf Acesso em: 17 de abr. de 2022.

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf. Acesso em: 17 de abr. de 2022.

_____. **Política de Nacional de Habitação**, 2004. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>> Acesso em: 24 de abr. de 2022.

_____. **Política Nacional Para População em Situação de Rua**. Lei decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 17 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf Acesso em: 17 de abr. de 2022.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em: 17 de abr. de 2022.

BOSCHETTI, I. Tensões e Possibilidades da Política de Assistência Social em contexto de crise do capital/ Tensions and possibilities of Social Welfare policy in the context of the crisis of capital. **Argumentum**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 16–29, 2016. DOI: 10.18315/argumentum.v8i2.12800. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12800>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CAIXA. Auxílio Emergencial 2021. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

CARTILHA DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. Outubro, 2010. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2022.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – **ABEPSS**, 2008. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf> Acesso em: 22 de dez. de 2021.

FRAGA FILHO, W. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. **Cadernos AEL**, [S. l.], v. 14, n. 26, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2560>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FERNANDES, F. Parte Primeira. In: **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005 (p. 29 a 108).

_____. Padrões de Dominação Externa na América Latina. In: **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 (p. 11 a 32).

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 6.ed.—São Paulo: **Expressão Popular**: Perseu Abramo, 2016. 632 p.

Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua / **Conselho Nacional do Ministério Público**. – Brasília: CNMP, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 17 de abr. de 2022.

IPEA. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. Junho de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

LIMA, Telma C. S de; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v.10, n. esp. p. 37-45, 2007.

MARICATO, Hermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: **Expressão Popular**, 2015.

MARX, Karl. Manifesto do partido comunista / Karl Marx, Friedrich Engels, 1. ed – São Paulo: **Expressão Popular**, 2008. 67p.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: **Abril Cultural**, 1984, Livro I, tomo ii (Cap. XXIV, item 1. O Segredo da acumulação primitiva).

MINAS CONSCIENTE, Retomando a Economia do Jeito Certo. 03/2021. Disponível em:

<<https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/imagens/minasconsciente/minas-consciente-03-03-2021.pdf>>. Acesso em: 04 de dez. de 2021.

MINAS CONSCIENTE, Retomando a Economia do Jeito Certo. 05/2021. Disponível em:

<https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/imagens/minasconsciente/plano_minas_consciente_3.6.pdf>. Acesso em: 04 de dez. de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Programa Casa Verde e Amarela** Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/programa-casa-verde-e-amarela>> Acesso em: 24 de abr. de 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv>> Acesso em: 24 de abr. de 2022.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: **Annablume**, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: **Cortez**, 1995.

_____. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Em Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 127-138, 2007.

_____. A Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social Brasileira nos Anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: **Cortez**, 2008.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. 4 ed Porto Alegre Mercado Aberto, 1988.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. In: **O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um Racismo Mascarado**. 3ª ed – São Paulo: Perspectivas, 2016 (p. 17 a 92).

PAIVA, J. M. Educação Jesuítica No Brasil Colonial. In: Lopes, E.M.T.; Faria Filho, L.M.; Veiga, C.G. (Org.). 500 Anos De Educação No Brasil. 1ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2000, V. 1, P. 43-59.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática. 2. ed. Campinas: **Papiros**, 1997.

PEREZ, Davi Machado. A via não clássica de Revolução Burguesa e desenvolvimento capitalista no Brasil: polêmicas e superações. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.2 – 2020, p. 18-32.

PLANO NACIONAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contracovid-19.pdf>> Acesso em: 13 de mar. de 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Recursos Federais Destinados ao Combate da Pandemia de CORONAVÍRUS. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/coronavirus>> Acesso em: 17 de abr. de 2022.

PRIMEIRO CASO DE COVID-19 NO BRASIL COMPLETA UM ANO. **Agência Brasil**. Brasília, 2021. Disponível: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>>. Acesso em: 04 de dez. de 2021.

SANTOS. Milton. Brasil Urbano e Brasil Agrícola e não apenas Brasil Urbano e Brasil Rural. In: A urbanização brasileira. São Paulo: **EDUSP**, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Boletim Epidemiológico Coronavírus. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.mg.gov.br/boletim>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

SENADO FEDERAL. Orçamento 2022 chega com déficit de R\$49,6 bi. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/10/orcamento-2022-chega-com-deficit-de-r-49-6-bi>> Acesso em: 17 de abr. de 2022.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. s.e, s.l., 2006.

TIENGO, V. M. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo / The Phenomenon Population in Street Situation as a Fruit of

Capitalism. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 17, n. 1, p. 138 - 150, 22 ago. 2018.